

Acordo com FMI vai ser definido hoje

O secretário-geral do Ministério da Fazenda, Mailson Ferreira da Nobrega, confirmou ontem que o novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) deve ficar pronto hoje, durante reunião no Palácio do Planalto com a presença da missão daquele organismo, dos ministros da Fazenda, Ernane Galvêas, e do Planejamento, Delfim Netto, além do presidente do Banco Central, Carlos Langoni.

Ao mesmo tempo, uma alta fonte do FMI — consultada pelo telefone — garantiu que o novo acordo será aceito, em princípio, com base na pressuposição de que o Congresso brasileiro vai aprovar o Decreto-lei

2.045, que reduziu para 80% do INPC (Índice Nacional dos Preços ao Consumidor) os reajustes salariais durante os próximos dois anos. "Se depois o Congresso rejeitar a matéria, teremos que refazer tudo de novo" — afirmou o funcionário do Fundo.

Ao comentar a possibilidade de uma "moratória negociada" entre o Brasil e os banqueiros credores, o funcionário do FMI chamou a atenção para o fato de que isso também representará um custo maior para os brasileiros. "Ou vocês acham que os banqueiros vão concordar em adiar prazos de pagamentos e mudar as condições sem exigir um preço por isso?"

ironizou o experiente economista do Fundo.

Chamou a atenção também para a necessidade de o governo brasileiro fazer as coisas sem "passar medo" aos credores e em seus parceiros comerciais, pois do contrário será interrompido todo o fluxo de comércio externo do e para o Brasil. "O termo moratória assusta os banqueiros e os parceiros comerciais do País" — explicou, dando a entender que, embora isto ainda não tenha sido colocado nas discussões com a missão do Fundo que está em Brasília, a possibilidade de moratória — ou de "renegociação global" — sempre existe em casos como o brasileiro. ~